



RELATÓRIO ANUAL 2012

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

Handwritten signatures in blue ink:
Ferreira, Faria, Santos, Pereira, and others.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	6
2.2.1	PROVEITOS	8
2.2.2	CUSTOS.....	10
2.2.3	RESULTADOS	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	14
2.5	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	15
3	CONCLUSÃO.....	17

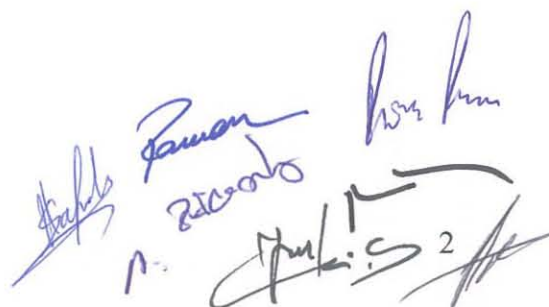
Handwritten signatures and notes:
880000
1. 11/11/12
1

1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que incluía a contracção de um empréstimo bancário, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 18/09/2009 e 28/09/2009. Porém, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 16/03/2010, só a partir desta data, não só, pôde contrair o empréstimo junto do BPI (9.650.000,00 Euros), como também, está obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias o cumprimento do PSF.

A avaliação durante a vida do empréstimo de MLP (isto é do PSF, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do DL 38/2008) dessas medidas e desse cumprimento é feito através de relatórios semestrais e anuais.

O presente **relatório anual** acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2012, e será **demonstrativo das tendências no sentido do cumprimento do PSF**, por força do n.º 7 do artigo 40.º da LFL.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'Ferreira' and another that looks like 'J. S. 2'.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2012 face ao Balanço do PSF, na mesma data.

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto de 2012 com os do ano anterior, constata-se que o Município investiu, aproximadamente, **2.250.000 Euros**, tendencialmente acima do previsto no PSF. Acresce que foi realizado o inventário de arranque da aplicação do aprovisionamento pelo que foi contabilizado um stock de matérias-primas, subsidiárias e de consumo no valor de 154.549,09 Euros, situação não prevista no PSF.

Por outro lado, é de realçar que o valor das **disponibilidades** adicionado do **valor das dívidas a receber** fica muito aquém do necessário ao pagamento do valor total do passivo de curto prazo (*deficit* de fundo de maneoio de 6.008.325 Euros).

Com efeito, este passivo de curto prazo que é superior ao previsto no PSF devido ao facto dos meios libertos gerados anualmente terem sido, sistematicamente, inferiores aos previstos

no PSF (associado à contabilização das dívidas relativas a anos anteriores, de 2009 a 2011, num valor aproximado de 5.424.254 Euros), transformou aquele **passivo de crónico em in comportável**. Por isso, o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram um plano de reequilíbrio financeiro estrutural, que está pendente da aprovação do Governo, desde dia 2 de Janeiro de 2013.

Acresce que o valor das dívidas de MLP no final de 2012 é superior ao valor previsto no PSF. Esta diferença desfavorável corresponde ao facto de não se terem efectuado os **reembolsos antecipados previstos no valor de 750.000 Euros** (300.000 Euros em 2010, 240.000 Euros em 2011 e 210.000 Euros em 2012, conforme referido na página 73 do PSF).

Importa notar que, tendo em consideração o princípio da prudência previsto no POCAL, foram registados 115.840,19 Euros de **provisões relativas a processos judiciais em curso**

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.



Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio
ACTIVO									
Imobilizado Bruto	60.290.423	61.881.473	3	63.027.423	64.230.108	2	64.017.423	66.491.792	4
Bens de domínio público	31.640.245	31.640.245	0	31.640.245	31.640.245	0	31.640.245	31.662.597	0
Imobilizações Incorpóreas	483.181	331.179	-31	483.181	375.254	-22	483.181	464.476	-4
Imobilizações Corpóreas	9.216.543	6.494.332	-30	11.953.543	6.599.444	-45	12.943.543	6.880.786	-47
Investimentos financeiros	378.949	389.974	3	378.949	389.974	3	378.949	389.974	3
Imobilizado Curso	18.571.504	23.025.743	24	18.571.504	25.225.191	36	18.571.504	27.093.959	46
Amortizações Acumuladas	19.998.867	21.985.567	10	21.951.711	23.858.361	9	23.944.055	25.792.511	8
Existências	0	0	-	0	0	-	0	154.549	-
Matérias-Primas	0	0	-	0	0	-	0	154.549	-
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Outras	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dívidas terceiros M/L prazo	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dívidas terceiros curto prazo	138.666	763.468	451	147.009	1.207.886	722	155.997	990.784	535
Clientes, Contribuintes e Utentes	138.666	294.774	113	147.009	404.016	175	155.997	475.424	205
Outros	0	468.694	-	0	803.870	-	0	515.360	-
Provisões para cobranças duvidosas	0	66.847	-	0	81.701	-	0	120.008	-
Disponibilidades	534.021	1.172.462	120	1.042.309	1.035.904	-1	1.565.546	563.260	-64
Acréscimos e Diferimentos	16.236	39.802	145	16.236	35.161	117	16.236	26.962	66
TOTAL ACTIVO	40.980.478	41.804.792	2	42.281.266	42.568.997	1	41.811.146	42.314.827	1
PASSIVO									
Provisões para riscos encargos	0	0	-	0	0	-	0	115.840	-
Dívidas a terceiros M/L Prazo	12.941.374	13.164.598	2	12.383.751	12.869.233	4	11.887.407	12.583.469	6
Dívidas instituições crédito	12.842.919	13.103.773	2	12.353.313	12.845.555	4	11.887.407	12.583.469	6
Dívidas Fornecedores Imobilizado	98.455	60.825	-38	30.438	23.679	-22	0	0	-
Outras Dívidas	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dívidas a terceiros curto prazo	277.477	5.132.436	1.750	276.077	6.967.582	2.424	291.818	7.863.887	2.595
Dívidas instituições crédito	0	645.000	-	0	601.220	-	0	400.000	-
Fornecedores	207.861	2.749.436	1.223	209.940	3.400.499	1.520	212.039	4.282.291	1.920
Estado e outros entes públicos	68.990	136.938	98	65.505	45.583	-30	79.141	70.510	-11
Outras Dívidas	626	1.601.062	255.661	632	2.920.280	461.970	638	3.111.086	487.531
Acréscimos custos	108.920	345.297	217	108.920	299.849	175	108.920	106.372	-2
Provetos Diferidos	4.922.930	5.669.928	15	6.041.536	6.915.255	14	6.014.691	7.646.148	27
TOTAL PASSIVO	18.250.701	24.312.258	33	18.810.284	27.051.919	44	18.302.836	28.315.717	55
FUNDOS PRÓPRIOS									
Património	26.104.269	26.212.541	0	26.104.269	26.212.541	0	26.104.269	26.213.081	0
Reservas	64.103	64.103	0	64.103	64.103	0	64.103	64.103	0
Resultados Transitados	-3.492.159	-7.052.958	102	-3.438.596	-9.405.406	174	-2.697.391	-10.652.284	295
Resultados Líquidos	53.563	-1.731.153	-3.332	741.204	-1.354.161	-283	37.329	-1.625.790	-4.455
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	22.729.777	17.492.533	-23	23.470.982	15.517.078	-34	23.508.310	13.999.110	-40
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	40.980.478	41.804.792	2	42.281.266	42.568.997	1	41.811.146	42.314.827	1

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a evolução dos respectivos custos, proveitos e resultados.



Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	% Desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 2012	Real 2012	% desv.
Vendas	230.105	271.745	18	232.406	279.151	20	234.730	230.114	-2
Produtos	230.105	271.745	18	232.406	279.151	20	234.730	230.114	-2
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Prestação serviços	562.270	902.351	60	607.645	449.394	-26	656.682	449.564	-32
Outros prov. e ganhos operac.	0	6.951	-	0	34.480	-	0	38.644	-
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	704.103	430.160	-39	721.812	565.175	-22	739.965	366.271	-51
Transf. e Sub. Obtidos	6.534.591	6.523.382	0	6.599.937	6.049.630	-8	6.665.936	6.166.868	-7
Trabalhos Própria Entidade	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dif.câmbio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Descontos pp obtidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-
TOTAL PROVEITOS	8.031.070	8.134.589	1	8.161.800	7.377.828	-10	8.297.314	7.251.461	-13
C.M.V	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Produtos	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Fom. Serv. Ext.	2.375.559	3.143.088	32	2.399.315	2.681.233	12	2.423.308	3.314.895	37
Subcontratos	200.560	118.312	-41	202.565	142.304	-30	204.591	47.310	-77
Trabalhos Especializados	175.255	1.410.450	705	177.008	794.169	349	178.778	1.622.063	807
Electricidade/Combustíveis	243.898	213.577	-12	246.337	201.610	-18	248.801	163.754	-34
Honorários	242.809	142.004	-42	245.237	198.013	-19	247.689	283.079	14
O.F.S.E	1.513.037	1.258.746	-17	1.528.168	1.345.137	-12	1.543.450	1.198.689	-22
Custos com pessoal	3.566.256	3.911.662	10	3.601.918	3.332.317	-7	3.637.938	3.087.290	-15
Amortizações	1.825.994	1.954.585	7	1.952.844	1.952.844	0	1.992.344	1.992.344	0
Provisões	0	27.565	-	0	14.854	-	0	38.307	-
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	194.078	419.426	116	196.019	394.886	101	197.979	573.203	190
Outros custos exploração	3.575	24.363	581	3.611	9.595	166	3.647	1.219	-67
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dif. câmbio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.965.463	9.480.688	19	8.153.707	8.385.728	3	8.255.217	9.007.258	9
RESULTADOS EXPLORA.	65.607	-1.346.099	-2.152	8.093	-1.007.900	-12.555	42.097	-1.755.797	-4.271
Prov. e ganhos extraor.	508.892	496.059	-3	1.220.835	244.465	-80	474.845	297.617	-37
Cust. e perdas extraord.	235.490	394.722	68	237.845	449.154	89	240.223	186.318	-22
R. ANTES FUN. FINANC.	339.009	-1.244.761	-467	991.083	-1.212.589	-222	276.719	-1.644.498	-694
Prov. e ganhos finance.	26.225	619	-98	51.740	274.578	431	53.282	389.194	630
Cust. e perda.finance.	311.671	487.010	56	301.618	416.149	38	292.673	370.486	27
juros suportados	311.671	464.148	49	301.618	412.256	37	292.673	370.482	27
outros	0	22.863	-	0	3.893	-	0	4	-
RESULTADOS LIQUIDOS	53.563	-1.731.153	-3.332	741.204	-1.354.161	-283	37.329	-1.625.790	-4.455

Nota:

a) No que diz respeito às amortizações do exercício assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

2.2.1 PROVEITOS

A rubrica “**Vendas de Produtos**” (relativa à água de abastecimento público) está ligeiramente abaixo do previsto (2%).

No que diz respeito à “**prestação de serviços**” (queda de 32%) as rendas da EDP (no valor de 388.753,70 Euros), que anteriormente eram contabilizadas nesta rubrica, passaram a ser registadas na conta 783 (rendimentos de imóveis) o que, no essencial, originou a evolução a que se fez referência.

De realçar a rubrica “**Outros proveitos e ganhos operacionais**”, não prevista no PSF, com um valor de 38.644,25 Euros respeitantes, principalmente, à venda de produtos alimentares e bebidas.

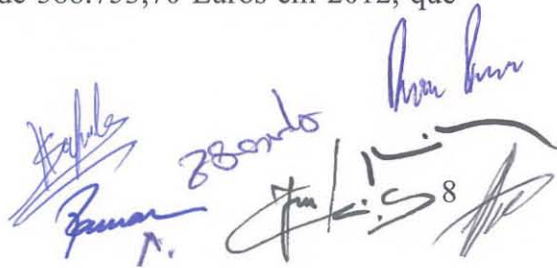
Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma tendência para a diminuição de 51%, face ao previsto no PSF, que se fundamenta, no seu essencial, no seguinte:

- diminuição da actividade económica que teve impacto, em especial, no IMT, na derrama e nas taxas municipais;
- quebra no IMI devido, em particular, à aplicação das taxas mínimas decorrentes da deliberação da Assembleia Municipal de Novembro de 2011.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**” verifica-se um valor 7% abaixo do estimado no PSF devido à redução das transferências do Estado que tem origem nas restrições orçamentais impostas pela *Troika*.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 37%, devido ao facto de não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 474.845 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos devem ser transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, sendo o lançamento contabilístico efectuado no final de cada ano. Em 2012 foram contabilizados ganhos em existências (154.549,09 Euros) respeitantes ao inventário de arranque da aplicação do aprovisionamento e proveitos e ganhos extraordinários diversos no montante de 88.829,87 Euros que não estavam previstos no PSF.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” estão muito acima do estimado em virtude da contabilização nesta conta das rendas da EDP (no valor de 388.753,70 Euros em 2012, que



Handwritten signatures and dates in blue ink at the bottom right of the page. The signatures are stylized and overlapping. One date '28/01/13' is clearly visible. There is also a signature that appears to be 'J. S. 8'.

anteriormente eram registadas na rubrica prestação de serviços). Importa realçar o facto de não terem sido obtidas as rendas da produção solar (previsão de 52.033 € em 2012).



2.2.2 CUSTOS

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” podemos verificar um valor acima do previsto no PSF (37%). Este crescimento resultou, em grande medida, dos aumentos do preço da água para abastecimento público, das prestações de serviços na recolha e tratamento de efluentes, e ainda na recolha de resíduos sólidos e urbanos.

Com efeito, o crescimento significativo dos **preços unitários de bens e serviços** essenciais para o Município (acima das taxas de inflação prevista e real) teve forte impacto na evolução negativa dos fornecimentos e serviços externos. O quadro seguinte retrata a situação descrita:

MUNICÍPIO DO ALANDROAL AUMENTO PREÇOS UNITÁRIOS DE 2009 A 2012

Produto	Ano	%
Abastecimento Água	2009/2010	6,15
Recolha de Efluentes	2009/2010	6,15
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	2009/2010	4,07
Energia Eléctrica	2009/2010	2,90
Abastecimento Água	2010/2011	4,76
Recolha de Efluentes	2010/2011	4,76
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	2010/2011	1,01
Energia Eléctrica	2010/2011	3,80
Abastecimento Água	2011/2012	4,16
Recolha de Efluentes	2011/2012	4,16
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	2011/2012	1,01
Energia Eléctrica	2011/2012	5,05
Abastecimento Água	média anual	5,02
Recolha de Efluentes	média anual	5,02
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	média anual	2,03
Energia Eléctrica	média anual	3,92
Taxa inflação PSF		1,00
Taxa inflação real (Fonte: Banco Portugal)	2009/2010	1,40
Taxa inflação real (Fonte: Banco Portugal)	2010/2011	3,60

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 15% abaixo da estimativa do PSF, tendência já verificada no ano anterior, em resultado, fundamentalmente,

das medidas previstas no Orçamento de Estado para 2012, da redução do número de colaboradores do Município (14 dos quais 4 afectos à educação) e da contenção nas ajudas de custo e horas extraordinárias.

No que diz respeito à rubrica de **“transferências e subsídios correntes”** a mesma apresenta um valor superior em 190% (375.224 Euros) face ao previsto no PSF, em resultado do reforço da política social local no contexto da actual crise económica e financeira.

Os **“custos e perdas extraordinários”** apresentam um valor de 22% (53.905 Euros) abaixo do estimado devido, em particular, à diminuição das transferências e subsídios concedidos (compensa, parcialmente, o desvio das transferências e subsídios correntes referido anteriormente), valor que não compensa a subida (apesar de terem sido contabilizados 115.840,19 Euros relativos a provisões que não foram estimados no PSF) das transferências e subsídios correntes, no mesmo período.

Quanto aos **“Custos e Perdas Financeiras”** verificou-se um aumento de 27% face ao previsto, decorrente do pagamento de juros a fornecedores, bem como dos encargos financeiros com os empréstimos de curto prazo.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **diminuição dos resultados operacionais** em 2012, em virtude da quebra generalizada dos proveitos (em particular dos impostos e taxas e das transferências e subsídios obtidos) e do aumento dos custos (fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios correntes concedidos).

Os **resultados líquidos** ressentiram-se da já referida redução dos resultados operacionais e, principalmente, da quebra nos resultados extraordinários.

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1.042.309	1.035.904	-1
Total receitas Orçamentais	8.974.092	9.190.885	2
Receitas Correntes	6.146.196	5.467.546	-11
Receitas de Capital	2.827.895	3.719.929	32
Receitas Outras	0	3.410	-
Operações de Tesouraria		507.691	-
Total Geral	10.016.401	10.734.480	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	8.450.855	9.627.015	14
Despesa corrente	6.725.603	6.439.635	-4
Despesa de Capital	1.725.252	3.187.380	85
Operações de Tesouraria		544.205	-
Saldo para a gerência seguinte	1.565.546	563.260	-64
Total Geral	10.016.401	10.734.480	

A receita corrente é inferior à prevista no PSF em virtude, nomeadamente, da diminuição dos impostos e taxas, das transferências correntes e das outras receitas correntes.

Pelo contrário a receita de capital foi superior à estimada em virtude do valor recebido das transferências de capital suplantando o previsto, o mesmo acontecendo com os passivos financeiros (contracção de empréstimo de curto prazo não previsto no PSF).

Em relação à despesa corrente assistimos a uma diminuição face ao esperado devido ao menor valor pago na aquisição de bens e serviços e em despesas com o pessoal. A despesa de capital é superior à prevista no PSF devido, em particular, ao maior investimento efectuado.

Deste modo, no final de 2012 verificou-se um **desequilíbrio orçamental corrente**.

2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2010 PSF	2010 Real	2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	2012 Real
FUNDO DE MANEIO	€	411.446	-3.089.857	929.477	-4.606.930	1.445.961	-6.008.325
LIQUIDEZ GERAL	%	2	0	4	0	6	0
SOLVABILIDADE	%	125	72	125	57	128	49
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	55	42	56	36	56	33
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	101	91	102	87	103	84
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	304	30	441	30	429
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	288	-	290	-	405
P.M. RECEBIMENTOS	Dias	61	87	61	193	61	243
CASH FLOW	€	1.879.557	250.997	2.694.048	613.538	2.029.673	404.861

Da análise do mapa anterior podemos destacar o seguinte:

- Comportamento altamente desfavorável da liquidez geral e do fundo de maneo;
- Grau de cobertura do imobilizado inferior ao estimado;
- Prazo médio de pagamento elevado;
- Prazo médio de recebimento elevado;
- Cash-Flow muito inferior ao previsto.

2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com os indicadores de endividamento.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
2010	Saneamento 31/12/2010	8.194.717	6.555.774	11.712.902	12.378.141	563.233	-3.518.185	-5.822.367
	Real 31/12/2010	8.348.497	6.678.797	15.778.223	13.247.301	501.472	-7.429.726	-6.568.504
2011	Saneamento 31/12/2011	8.280.611	6.624.488	10.671.300	11.854.570	529.181	-2.390.689	-5.230.082
	Real 31/12/2011	7.515.254	6.012.203	17.034.600	13.013.636	433.139	-9.519.346	-7.001.433
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	14.882.783	12.643.528	17.034.600	13.013.636	433.139	-2.151.816	-370.107
2012	Saneamento 31/12/2012	8.367.422	6.693.938	9.693.108	11.392.862	494.545	-1.325.686	-4.698.925
	Real 31/12/2012	7.360.514	5.888.411	13.201.254	12.617.756	365.713	-10.840.740	-6.729.345
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	14.667.602	12.606.518	13.201.254	12.617.756	365.713	-3.533.652	-11.238

Nota:

a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.

Da apreciação do mapa supra, verifica-se que em 2012, aumentou o endividamento líquido em 1.166.654 Euros, e agravou-se o seu excesso em 1.321.395 Euros (agravamento, parcialmente, devido à redução do limite em 154.741 Euros).

Acresce que, comparativamente com o previsto no PSF, houve uma redução significativa do cálculo dos limites de endividamento líquido em aproximadamente 1.000.000 Euros, devido à diminuição das receitas (transferências do Estado e receitas próprias) do Município, que provocou também um aumento do seu excesso.

Saliente-se que, como foi referido no relatório anual de 2011, devido à contabilização da dívida de períodos anteriores (2009 a 2011), no valor aproximado de 5.424.254 Euros, o valor do endividamento líquido aumentou anualmente, contrariando o que estava previsto no PSF (decrecente).

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, verificou-se uma diminuição de 395.880 Euros de 2011 para 2012, enquanto o seu excesso de endividamento sofreu uma quebra de 272.087 Euros, apesar da redução do limite (diminuição das receitas de 123.793 Euros) estabelecido pela LFL. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP é maior do que o estimado no PSF, devido ao seguinte:

- redução do limite em 805.527 Euros face ao PSF;
- não se terem efectuado os reembolsos antecipados previstos no valor de 750.000 Euros (300.000 Euros em 2010, 240.000 Euros em 2011 e 210.000 Euros em 2012);
- empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 400.000 Euros não previsto no PSF, foi considerado no endividamento de MLP.

Porém, de acordo com o previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012, (devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências para os Municípios) o limite ao endividamento líquido é obtido pela diferença entre activos e passivos financeiros a 31-12-2011 (caso nessa data o Município apresente excesso de endividamento líquido o limite corresponde ao limite de endividamento líquido de 2011 menos 10% do excesso verificado). Assim, o excesso de endividamento líquido, no valor de 10.840.740 Euros, verificado em 31/12/2012, converte-se num excesso de apenas 3.533.652 Euros. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 6.729.345 Euros converte-se num excesso de 11.238 Euros.

No entanto, este **aumento legal dos limites de endividamento e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular o do Alandroal.**

3 CONCLUSÃO

Como foi referido neste e noutros relatórios anteriores, o **elevado deficit de fundo de manei**o e o **exíguo cash-flow**, (*vide* mapa 4) condicionam a prestação de serviços camarários e a realização de investimentos, mesmo que comparticipados, e são um indício claro de um desequilíbrio financeiro estrutural de Balanço (que se traduz em dificuldades de tesouraria e é potenciador de um aumento das despesas financeiras), pelo que só com receitas extraordinárias (por exemplo, de indemnizações decorrentes do enchimento do Alqueva que afectou, severamente, a economia e as perspectivas de desenvolvimento do concelho) ou com um novo empréstimo de MLP é possível restabelecer aquele equilíbrio e reajustar os objectivos do PSF.

Isto é, o **empréstimo de saneamento financeiro contraído** de 9.650.000,00 Euros em 16/03/2010, **mostrou-se manifestamente insuficiente** para o pagamento de todas as dívidas de curto prazo originadas em 2009 (de 15.201.989 Euros, valor superior em 5.424.254 Euros ao tido em conta no PSF a 30/06/2009 de 9.777.735 Euros), mas o Município está impedido de solicitar um novo empréstimo de saneamento financeiro, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 40.º da LFL.

Com efeito, a alteração dos pressupostos que serviram de base à elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente, um **valor elevado de dívidas surgidas de curto prazo a consolidar**, uma redução sistemática **das transferências anuais do Estado**, uma **diminuição de algumas receitas próprias dos Municípios (impostos e taxas)** e, ainda, o **aumento (acima da inflação prevista e real) dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, electricidade, entre outros)**, estão a conduzir o Município para uma situação financeira de ruptura, e por isso, de impossibilidade de recuperação e de incumprimento dos objectivos do PSF.

Saliente-se que é o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira porque a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução, quer das receitas quer dos preços de mercado dos bens e serviços consumidos, principalmente, nos Municípios que têm grande dependência daquelas receitas do O.E., pelo que sem a ajuda da Administração Central a sua actividade operacional ficará, a curto prazo, altamente estrangulada.

Acresce que, devido à grave crise económica e financeira nacional (que provocou a redução das transferências para os Municípios), o Estado veio aumentar os limites de endividamento tentando **ignorar a raiz do problema que originou a quase ruptura financeira da maioria dos Municípios**. Isto é, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º de 2011) ao determinar que o cálculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL, vem reconhecer as graves dificuldades financeiras da maioria dos Municípios.

Por outro lado, a Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) que exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas, veio trazer dificuldades financeiras acrescidas para o Município do Alandroal que tem um elevado *deficit* de fundo de maneo e estará, também, confrontado a partir de 2013, com um problema grave de falta de liquidez necessária, nomeadamente, ao pagamento, atempado, das prestações vincendas dos empréstimos bancários de MLP contratualizados (como se verifica no quadro seguinte), porque o valor médio dos meios libertos dos três últimos anos foi de 423.132,11 Euros.

AMORTIZAÇÕES DE CAPITAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
TOTAL	741.507 €	1.245.517 €	1.274.745 €	1.304.659 €	1.335.357 €	1.366.776 €	1.398.961 €	1.404.479 €	1.314.527 €

Neste sentido, de completo estrangulamento financeiro, não foram cumpridas as disposições do Orçamento de Estado para 2012 relativamente ao pagamento de dívida de curto prazo, à custa da poupança com os subsídios de férias e Natal (188.060 Euros), à redução de 10% dos pagamentos em atraso (298.448 Euros) e à devolução do FRM retido (486.299 Euros).

Deste modo, esgotadas todas as possibilidades e as formas legais de recuperação das suas finanças, como é referido no n.º 2 do artigo 8.º e alínea b do n.º 1 do artigo 9.º do DL n.º 30/2008, o executivo municipal face aos constantes processos em Tribunal e elevado juros debitados pelos fornecedores veio declarar a situação de reequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira (aprovada em 28 de Junho de 2012 pela Assembleia Municipal), tendo

em seguida elaborado um plano de reequilíbrio financeiro (aprovado em 21/Dezembro/2012 pela Câmara e em 28/Dezembro/2012 pela Assembleia Municipal), com as medidas exigidas no que respeita à contenção da despesa e à maximização da receita, em conformidade com as constantes no n.º 4 do artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março. O referido plano que aguarda desde dia 2 de Janeiro de 2013 aprovação pelo Governo, será posteriormente apresentado a visto do Tribunal de Contas.